

Jorge Motta diz o que pensa de Brasília

Entrevista a José Osório Nunes

Sem nunca ter ocupado anteriormente um cargo público, o publicitário e jornalista carioca Jorge Motta e Silva, de 41 anos, transformou-se em chefe do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal graças ao assessoramento que prestou ao então administrador do Centro Industrial de Aratu, Elmo Serejo Farias, nomeado em 1975 governador de Brasília.

Jorge Motta e Silva é contrário à representação política para o Distrito Federal. Alegou que «trocar o Senado por uma Câmara de Vereadores seria trocar o maior pelo menor». As «miniprefeituras» implantadas em algumas superquadras como derivativo do anseio de participação do brasiliense nos destinos da cidade, segundo o chefe do Gabinete Civil do GDF, é uma forma positiva de trabalho pela comunidade.

Uma lista de obras de infraestrutura realizadas pelo atual Governo foi apresentada por Jorge Motta e Silva como resposta às acusações de que «obras de fachada» tiveram prioridade pelo GDF. A mais controversa delas, o Parque Recreativo Rogério Phiton Farias, foi justificada como sendo a melhor forma de preservar quatro milhões de metros quadrados de área verde que estavam sob mira da especulação imobiliária.

JBr - Quais as funções ocupadas anteriormente à de chefe do Gabinete Civil do GDF?

Motta - Nunca ocupei função pública antes de ser escolhido chefe do Gabinete Civil do governador do Distrito Federal. Venho da iniciativa privada. Sou jornalista profissional e publicitário, do que muito me orgulho, pois são atividades que permitem incursões nos mais variados setores. Quem as exerce recebe sempre um fluxo contínuo de aprendizado, o que geralmente se transforma em reconhecimento.

JBr - Como vê, o problema da representação política para o Distrito Federal? Acha justa a discriminação imposta ao brasiliense de não poder votar nem ser votado? Qual solução indicaria?

Motta - Já externei o meu ponto de vista várias vezes em relação ao problema da representação política para o Distrito Federal. Até hoje não mudei de opinião. Acho sinceramente, que o DF tem uma das melhores representações, pois o Senado Federal, portanto, a Câmara Alta, é quem legisla para nós. Como brasileiro e ocupando um cargo de profundas características políticas, não troco o maior pelo menor, isto para não dizer o melhor pelo pior, ou seja, não vejo nenhuma vantagem trocar a representação do Senado por uma Câmara de Vereadores ou uma Assembléia Legislativa. Brasília chegou até aqui sem esta participação. Ela é de todos os

brasileiros e as paixões provincianas não devem embaraçar a sua trajetória vitoriosa. Além disso, aqui é a sede do Governo Federal, razão maior de sua existência e consequentemente da sua função como cidade.

JBr - Sobre o problema sucessório no GDF, acredita na manutenção do governador Elmo Serejo, ou admite que seu substituto venha a ser um representante da classe empresarial brasiliense?

Motta - Essa é uma questão da exclusiva alçada do futuro Presidente da República. Não me cabe fazer nenhum tipo de colocação, até porque me julgo impedido por motivos éticos.

JBr - O que acha da constituição e proliferação das miniprefeituras nas superquadras? Acredita que elas representam um avanço no sentido de suprir a deficiência de representação política ao brasiliense?

Motta - O aparecimento de administradores para os condomínios conjuntos das superquadras (batizados como miniprefeituras), têm tido da parte do Governo do Distrito Federal e da minha, particularmente, o mais irrestrito apoio. Também já me pronunciei sobre o assunto em outra oportunidade. Essa é a verdadeira e desinteressada forma de se trabalhar coletivamente em benefício de todos. Entendo que participar é fazer e não contemplar.

JBr - Que obstáculos ou favores essas miniprefeituras criam ao GDF?

Motta - Não criam obstáculos e nem favores ao Governo do Distrito Federal. Acho que esse é o caminho mais adequado para a solução de problemas que tanto interessam ao Governo como aos moradores das superquadras.

JBr - O Governo de Brasília é acusado de só construir obras faraônicas, permitindo que cidades-satélites se transformem em favelas, como é o caso do novíssimo conjunto habitacional da Guararoba. O que diz a respeito?

Motta - Eu desconheço esse tipo de acusação. Entretanto, o que mais tem feito a administração do governador Elmo Farias é entregar ao uso público obras de infraestrutura. Se resolver o problema de tráfego é obra faraônica; se construir a via estrutural; se equipar a rede hospitalar e dobrar a sua capacidade de atendimento; se construir o Sistema Reversível do Descoberto, dando água para o atendimento a uma população de até dois milhões de habitantes; se construir a ponte do Lago Sul; se atender com folga a demanda de matrículas na rede de ensino oficial; se implantar o Plano de Classificação de Cargos; se construir vinte e três mil casas no período de quatro anos contra dezessete mil em treze anos; se implantar um sistema de abastecimento de gêneros alimen-



Jorge Motta apóia as miniprefeituras implantadas nas superquadras

tícios; se fazer a verdadeira reforma agrária (Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal); se dinamizar empresas; se colocar o Banco Regional de Brasília em posição de destaque no setor bancário brasileiro; se modernizar os mecanismos de arrecadação através das profundas mudanças realizadas pela Secretaria de Finanças; enfim, se tudo isso é obra faraônica, então ao governador Elmo Farias deve ser concedido o título de Faraó do Século XX.

JBr - Qual a principal ação do GDF com vistas à solução de um dos seus mais sérios problemas sociais, o menor abandonado?

Motta - Sobre este assunto - menor abandonado -, sem embargo dos conceitos mais abalizados dos técnicos, tenho um enfoque de ordem pessoal: o problema é muito mais de cada um de nós do que dos governos. Entendo que antes do menor abandonado, há a família em abandono. Temos que nos conscientizar da importância do fortalecimento da família. E isso só se processa intrinsecamente. A busca das soluções externas não levará a nada. Se assim fosse, nas nações ricas o problema não existiria, e, pelo que conheço, os índices ali são alarmantes. O Governo tem os seus mecanismos atenuantes comandados pela Secretaria de Serviços Sociais, mas, sinceramente, não acredito em solução de fora para dentro sobre esse delicado e complicado enigma que é a assistência social. Posso apenas garantir que a ação do Governo do Distrito Federal tem sido diuturna para minorar as dificuldades nesse setor.

JBr - Como justifica o investimento do GDF na construção do Parque Rogério Phiton Farias

e o que de útil ele representa à comunidade brasiliense?

Motta - Entendo que o mais importante para a cidade foi a definitiva preservação da área verde. Quem me conhece sabe que não sou cabotino, mas vejo-me obrigado a elogiar publicamente o governador Elmo. Faço-o como cidadão brasileiro, pois ao criar o parque ele garantiu para a comunidade quatro milhões de metros quadrados em pleno centro de Brasília. Aquela área já estava sendo alvo de cobiça imobiliária. Esse parque é um patrimônio coletivo; o seu equipamento de lazer dará a nossa cidade o estado tão reclamado de capital humana.

Vão ter que parar de dizer que Brasília é fria e que não tem calor humano. Preparem-se pois, para as queimaduras de calor humano que ele produzirá. Essa é uma obra que as gerações respeitarão. Quatro milhões de metros quadrados que traduzem a marca do bom senso. Seria mais cômodo não construí-lo, mas a cidade não perdoaria a omissão.

JBr - No setor do abastecimento, qual a ação desenvolvida pelo Governo de Brasília no sentido de promover a auto-suficiência do DF?

Motta - Várias foram as medidas adotadas pela Secretaria da Agricultura e Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, visando ao desenvolvimento de uma política que viesse a médio e longo prazo obter resultados no setor de abastecimento. Dentre elas, destaco a regularização para efeito de empréstimos agrícolas das áreas rurais, bem como a implantação do Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal.